



INFORMATIVO
SINTSEP
M A R A N H ã O

FÓRUM DE DEFESA DAS
CARREIRAS

Servidores públicos do Maranhão acumulam 60% de perda salarial no governo Flávio Dino



Um levantamento feito pelo SINTSEP aponta que as perdas salariais dos servidores públicos do Maranhão, no governo Flávio Dino, chegam a até 60,41% em alguns grupos, como é o caso do Grupo Estratégico, que compreende os subgrupos da Fiscalização Agropecuária, Gestão Ambiental, Metrologia e Atividade de Trânsito. O percentual compreende a inflação acumulada no período de 2014 a 2021.

O cálculo foi feito pela calculadora cidadã do Banco Central, levando em conta o índice de Correção pelo INPC (IBGE). No Grupo Administração Geral, que engloba os subgrupos Apoio Operacional, Apoio Administrativo, Apoio Técnico e Nível Superior, as perdas salariais no período de 2015 a 2021 chegam a 51,95%.

O mesmo percentual é registrado no Grupo Educação, que compre-

ende os subgrupos Ensino de Arte e Cultura e Atividade Pedagógica Nível Superior. Nesse cenário, a perda salarial mensal, quando colocada em Real, varia de R\$ 753,35 até R\$ 2.960,15 a depender do cargo.

Em dezembro do ano passado, o governador Flávio Dino concedeu um reajuste médio de 9% às categorias do funcionalismo público do Maranhão, que deverá ser pago em duas parcelas. A primeira foi paga no mês de fevereiro e, a segunda, deverá ser paga em março.

Segundo Cleinaldo Bil Lopes, presidente do SINTSEP e coordenador do Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo, o percentual não repõe nem 15% das perdas inflacionárias que os servidores tiveram ao longo dos sete anos do governo Flávio Dino.

“Se a gente for diminuir 51,95% por 9, fica um prejuízo de 42,95% de déficit para os servidores públicos do Estado do Maranhão. Nós não nos contentamos com esse percentual e seguiremos lutando e reivindicando, com a participação de toda a categoria, para que possamos sensibilizar o Governo do Estado do Maranhão a respeito da nossa situação”, afirmou.

O presidente do SINTSEP destacou que a gestão de Flávio Dino foi de completa indiferença e desrespeito no trato da política de valorização dos servidores. “Sua gestão acabou com o PGCE e levou ao empobrecimento os trabalhadores públicos estaduais, quando deixou de corrigir os salários pelo acumulado da inflação”, finalizou Cleinaldo Bil Lopes.

Flávio Dino: oito anos de massacre!

Gostaria muito de poder afirmar que o governo de Flávio Dino foi uma maravilha para os servidores públicos estaduais. Mas, todos nós sabemos que não teve avanço, pelo contrário, durante o período da sua gestão só tivemos perdas e desvalorização em nossa política salarial.

Nosso sonho de um governo progressista e comprometido com as causas dos trabalhadores públicos se transformou em decepção, porque para evitar o diálogo com os representantes das entidades de classe, que fazem parte do Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo Estadual, no que tange aos assuntos de interesse da categoria, as portas do Palácio dos Leões se fecharam, como se nós fossemos adversários do governo.

É notório que temos responsabilidade, respeito e maturidade no desempenho da representação sindical. Sempre buscamos dialogar com os governantes com o objetivo de abrir as portas para a negociação, e, a partir daí, debater e construir uma pauta de reivindicação que possa contemplar os anseios dos trabalhadores. Contudo, na gestão de Flávio Dino foi negado esse direito, pela dificuldade e resistência dele em atender nossos pleitos.

Até a sua posse, vínhamos animados com a implantação do Plano Geral de Carreiras e Cargos - PGCE, Lei 9.664/2012, no governo Roseana Sarney, que estabeleceu critérios objetivos de evolução funcional nas carreiras dos servidores, bem como instituiu a política salarial de reajuste através da tabela de vencimento com vigência até 2015.

Acreditávamos que o governador Flávio Dino, com seu governo democrata, trabalhista e popular, fosse dar seguimento ao PGCE normalmente. Porém, estávamos enganados. Durante os oito anos do seu governo, tivemos o maior prejuízo salarial dos últimos 20 anos, em razão da sua política de congelamento de salário e, conseqüentemente, perda considerável no poder de compra do servidor público estadual.

No ano passado, o Governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa a Medida Provisória nº 373/2021, que concedeu reajuste diferenciado às categorias de servidores, com percentuais muito abaixo das perdas inflacionárias dos funcionários.

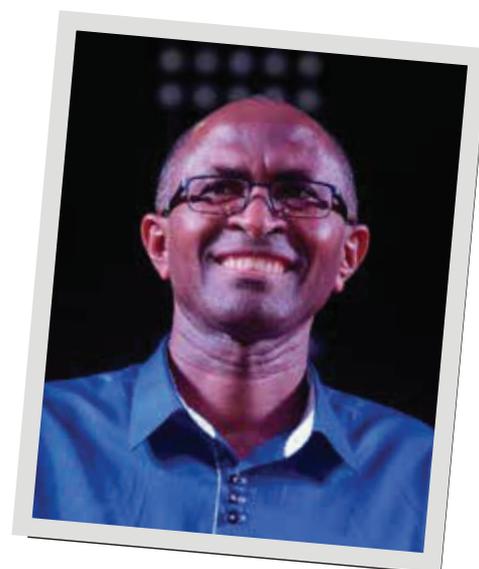
Para se ter uma ideia, o Grupo Ocupacional Administração Geral recebeu 9% de reajuste, levando em conta que o acumulado de suas perdas chega à 51,95%, ficando com um prejuízo de 42,95%. E, para espanto de todos, o governador Flávio Dino ainda fez festa com esse humilhante reajuste, afirmando que era o maior aumento do país.

Acreditamos que faltou sensibilidade do governador para lidar com as demandas dos servidores, quando não dialogou com as entidades de classe para tratar de temas relevantes como a criação da Mesa de Negociação Permanente; data-base; reabertura do prazo para adesão ao PGCE; descentralização da prestação do serviço do Funben a outros municípios ou regionais; profissionalização do serviço; concurso público; e não pagamento do Piso Nacional do Magistério.

Neste ano de eleição, esperamos maior atenção por parte dos servidores na escolha de seus candidatos, porque o governador Flávio Dino é candidato ao Senado e, com toda certeza, espera o apoio dos funcionários. E, neste momento, devemos dar, no mínimo, a mesma resposta pelo tratamento dispensado à nossa categoria, ou seja, não votando no Flávio Dino e nem nos seus candidatos.

Por outro lado, o Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo Estadual continuará na luta em defesa da valorização dos servidores, por uma política salarial justa e que contemple os anseios dos funcionários. Bem como poderemos ir além, elegendo nossos representantes compromissados ligados ao serviço público.

Mais uma vez, nos colocamos à sua disposição.



Cleinaldo Bil Lopes
Presidente

Ações rescisórias ajuizadas pelo Estado do Maranhão continuam suspendendo as implantações dos reajustes de 21,7%, 5,14% e URV

Apesar de sucessivas vitórias no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e no Supremo Tribunal Federal (STF), que garantiram aos associados do SINTSEP o direito de obter reajustes salariais de 21,7% e 5,14%, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a pedido do governador Flávio Dino, ingressou com ações judiciais (ações rescisórias) no intuito de derrubar as ações judiciais vitoriosas do sindicato.

Em razão da relevância da matéria e pelo grande impacto no orçamento do Estado, o Tribunal de Justiça determinou a suspensão das implantações dos reajustes nos contracheques dos servidores até o julgamento do mérito da demanda.

A defesa do sindicato foi prontamente realizada pela assessoria jurídica, que, tecnicamente, rebateu todos os absurdos argumentos da PGE. O SINTSEP acredita que o julgamento das ações rescisórias pelo TJMA ocorrerá ainda neste ano.

URV

Como é de amplo conhecimento, o SINTSEP entrou com a Ação Coletiva nº 6.542/2005, com o intuito de reaver a correção salarial dos seus filiados referente à equivocada conversão monetária (cruzeiro real para URV) em 1993 e 1994.

A primeira etapa do processo, referente à fase de conhecimento, foi favorável aos servidores e o acórdão determinou liquidação de sentença individualizada. Diante disso, a Contadoria Judicial foi incumbida de entregar os índices de perda salarial de cada servidor em lotes de 3 mil. O primeiro lote foi entregue em 2017.

Entretanto, o Estado do Maranhão recorreu da decisão que homologou esses cálculos. Nesse ínterim, ainda restam pendentes a apresentação pela Contadoria Judicial das três listas com os 7 mil cálculos remanescentes. Parte do Judiciário tem concordado com a fundamentação dos advogados do sindicato, julgando de modo favorável o pedido do SINTSEP pelo prosseguimento das execuções. Contudo, a implantação tem sido praticada, até o momento, somente em alguns casos.

Apesar da atuação do Estado do Maranhão para protelar as ações que visam executar os créditos devidos aos servidores estaduais, a ação da URV é uma demanda indiscutivelmente favorável aos filiados do SINTSEP, observando-se em muitos casos a reparação dos créditos, o que vem se dando gradativamente nas situações das implantações salariais em diversas remunerações desses servidores públicos.

RÁPIDAS

01 Já pensou em cuidar da sua saúde e praticar exercícios físicos com profissionais qualificados e por um preço acessível? A Casa do Servidor do SINTSEP está ampliando os seus serviços. Agora, o espaço conta com aulas de hidroginástica e sessões de fisioterapia, além do já conhecido serviço de hospedagem. A ampla área externa do local, equipada com piscina, também está disponível para locação de eventos. Você pode ter mais informações entrando em contato com o telefone 3301-7104.

02 O SINTSEP lançou mais um canal de comunicação com a sua base. A partir de agora, os filiados podem fazer solicitações, tirar dúvidas e encaminhar sugestões pelo aplicativo Whatsapp. Salve o número (98) 99224-5199 e entre em contato conosco. O horário de atendimento é das 9h às 12h e das 13h às 16h.

CASA DO SERVIDOR

Rua Raimundo Correia 107
Monte Castelo

Para maiores informações,
entre em contato.
sintsep.estadodomaranhao@hotmail.com

(98) 3301-7104

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Anexo II, Térreo,
Sala 14, Casa do Trabalhador, Calhau. São Luís - MA - CEP. 65074-220

sintsep.estadodomaranhao@hotmail.com
www.sintsep-ma.com.br

(98) 3236-5897 – (98) 3236-5873

SINTSEP solicita ao governador Flávio Dino a implantação do Piso Nacional do Magistério para os profissionais da educação

O SINTSEP encaminhou ofício ao governador Flávio Dino solicitando o cumprimento do novo Piso Nacional do Magistério, definido pela Lei 11.738, sob a quantia de R\$ 3.845,34 (reajuste de 33,24%), para os profissionais da educação.

Segundo Cleinaldo Bil Lopes, presidente do SINTSEP, a lei federal que criou o Piso Nacional do Magistério tem o objetivo de valorizar a categoria, pagando melhores salários àqueles que ensinam a toda a população e, por isso, os gestores têm a obrigação de acatar o que estabelece a lei e pagar os 33,24% aos educadores.

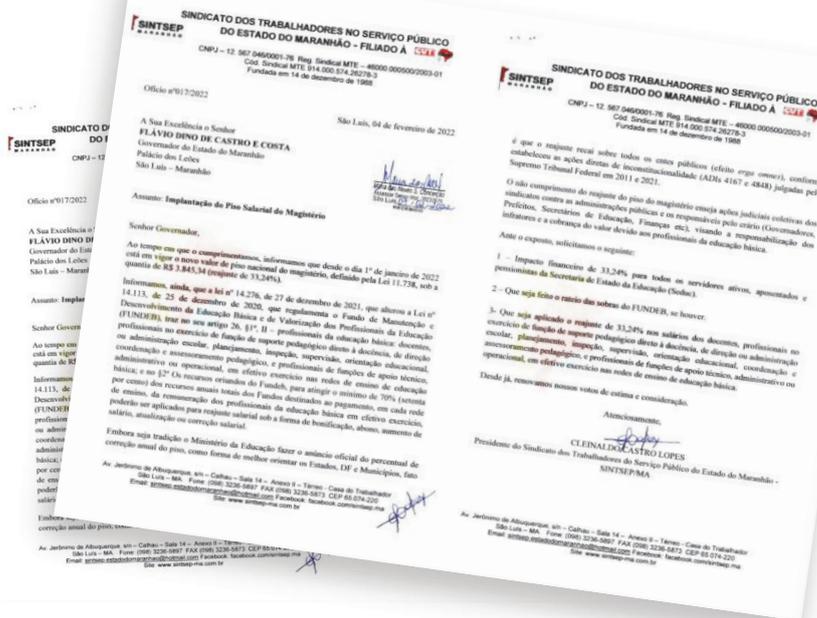
"Foi uma luta árdua e antiga, que todos os bons gestares têm o prazer de acatar. No Maranhão, o governador Flávio Dino, durante os seus sete anos de governo, implantou o piso por

completo em 2015. Já em 2018 diferenciou o percentual e implantou escalonado entre as classes de professores I, II e III, ficando o professor III, com mais de 18 mil docentes e na última classe, com o menor índice. Esperamos que, desta vez, ele tenha sensibilidade e valorize essa categoria tão importante", declarou.

No documento, o SINTSEP pede que seja aplicado o percentual de reajuste nos salários dos docentes, profissionais no exercício de função de suporte pedagógico direto à docência; direção ou administração escolar; planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e

assessoramento pedagógico; além de profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional em efetivo exercício nas redes de ensino de educação básica.

Solicita, ainda, o impacto financeiro de 33,24% para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), bem como que seja feito o rateio, se houver, das sobras do Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), na forma de bonificação, abono, aumento de salário, atualização ou correção salarial.



NOSSOS CONVÊNIOS

FACULDADES

Estácio de Sá (Polo Araçagy - Vila Fiore):
(98) 98601-2829/ 98885-1308
Imperador (Curso Técnico) - (98) 99227-4519/
98495-6454
Maurício de Nassau: 3133-1900
Florence: 3878-2120
Pitágoras: 3878-8010
Santa Fé: 3243-3530/ 2109-0505
UNDB: 4009-7042/ 4009-7070
UVA: 3213-7000/3213-7029

ESCOLAS

Master: 3243-1341
Paralelo: 3231-8538/ 3221-2724
Escola São José: 3251-6564
Colégio Santa Fé: 2109-0505
Colégio Pitágoras: 3878-8010

CENTRO MARANHENSE DE IDIOMAS E CULTURAS (CEMIC):

(98) 98178-1961

PLANO DE SAÚDE

Corretor Carlos Alberto: 99961-1766/ 98111-0596
Corretora Telma Maria Ferreira: 98878-3660/
998286-5230/ 98194-9440

ODONTOLOGIA (Funben)

SEO: 3232-6846/ 98803-6320
Riso: 98115-8461
Belodente: 3232-1780/ 99611-2222/ 98476-0190

OFTALMOCLÍNICA (Funben)

Endereço - Av. Jerônimo de Albuquerque, 56
2º andar (Em frente ao Terminal de Integração da Cohab)

ABESP (Clube de Benefícios):

(98) 3181-5136 / (61) 99972-5591 (Whatsapp) /
(98) 99144-1616 (Whatsapp)
Site: www.abesclube.com.br

BARES E RESTAURANTES

Barraca do Chef - 20% de desconto para filiados
Endereço: Avenida Litorânea, N° 01 - Próximo à
Praça do Pescador / (98) 3302-2313/98839-4638
Site: www.barracadochef.com

TELEFONES ÚTEIS

Hospital do Servidor (HSLZ): 3313-4200
Centro Ambulatorial Diagnóstico Holandeses
(CADH): 3311-4700
Fisioterapia: 3327-7777
Programa de Ação Integrada para o Aposentado
(PAI): 3218-8776

**SIGA-NOS
EM NOSSAS
REDES SOCIAIS**

